

# Justiça quer atuação firme dos Conselhos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Procuradoria Geral da República, a Empresa Brasileira de Notícias — EBN e o Departamento de Imprensa Nacional — DIN vão atuar junto com o Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana — CDDPH, que concentrará sua ação na Nova República em três pontos: contra a fraude eleitoral, contra a discriminação (da mulher, do menor, racial e religiosa) e contra a violência, com destaque para a tortura e o abuso de poder. Ao dar a informação, o secretário geral do Ministério da Justiça, José Paulo Cavalcanti Filho, garantiu que o Ministério vai jogar todo seu peso no projeto do novo CDDPH.

Na verdade, segundo o secretário geral a idéia não é fazer grandes modificações na estrutura do CDDPH, criado no governo de João Goulart e montado nos governos Médici e Costa e Silva. O que se pretende é garantir o funcionamento do Conselho, porque, na medida em que ele estiver atuando, desaparecerá a sanção de impunidade que ainda persiste, sobretudo no campo, de acordo com Calvacanti Filho.

O certo é que o governo da Nova República está para completar cinco meses e já existem os que reclamam a demora do Ministério da Justiça em convocar o Conselho de Defesa do Direito da Pessoa. Cavalcanti Filho justifica essa demora afirmando que sempre lhe pareceu certo que o momento próprio para reativação do Conselho seria depois de elaborado o programa do mutirão contra a violência urbana, que iria exigir respostas do Ministério da Justiça, sendo a mais importante o CDDPH. Ele garante que no início do próximo mês, no máximo, o Conselho será convocado e passará a realizar reuniões mensais, embora a exigência legal, no momento, não passe de seis reuniões ao ano.

De acordo com a promessa de Cavalcanti Filho, o CDDPH vai conseguir evitar as ações de desrespeito ao direito da pessoa humana. E mais, garante que vai tornar pública toda a ação nesse sentido. É aí que ele destaca o papel da EBN. Segundo o secretário geral, a Empresa Brasileira de Notícias vai ser chamada para registrar a apuração de denúncias, através do trabalho de repórteres e fotógrafos, cujo material será ampla-

mente distribuído e divulgado. Ele também diz que o *Diário Oficial da União*, editado pelo Departamento de Imprensa Nacional, terá uma seção onde serão publicados os relatórios dos auditores.

A idéia de mudanças no Ministério da Justiça não fica apenas na CDDPH. Todos os conselhos vinculados àquela Pasta, de alguma forma, receberão um novo tratamento, segundo garante Cavalcanti Filho. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica — Cade — por exemplo, já está na mira. A primeira medida adotada com relação ao Cade, pelo Ministério da Justiça, foi a desativação de sua sede no Rio de Janeiro e da inspetoria de Belo Horizonte, demitindo todo o pessoal que foi contratado no final do governo passado, indevidamente, sem concurso, segundo o secretário geral. Essas, conforme diz, foram medidas para moralizar o órgão.

Agora, o Conselho está passando por uma reforma administrativa, ao mesmo tempo que se realiza uma análise da situação anterior do Cade, que, de acordo com o secretário geral, será colocado em um contexto mais amplo. Tanto assim que o Ministério da Justiça está discutindo com o Ministério da Fazenda a definição de espaço do Conselho, para que ele cumpra seu papel contra o abuso do poder econômico, por exemplo, na relação entre empresas nacionais e multinacionais.

O Cade, segundo Cavalcanti Filho, deve funcionar desvinculado dos órgãos de Planejamento, integrado à sociedade civil. A Secretaria Geral do Ministério está definindo uma comissão que irá estudar as modificações no Conselho. Presidida por Cavalcanti Filho e formada por três economistas e três juristas, a comissão, de acordo com o secretário geral, deverá reunir-se em setembro, quando estarão definidos seus integrantes.

O Conselho Nacional de Entorpecentes (Confen), o Conselho Nacional de Política Penitenciária — (CNPP), o Conselho Superior de Censura e o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), todos, sem exceção, segundo Cavalcanti Filho sofrerão modificações.

O CNPP, desativado desde o início do governo, também será examinado por uma comissão, que o secretário-geral vai convidar para o trabalho.